

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis



DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

2025



Relatório da administração

1. Nosso negócio e principais destaques

Somos uma empresa que atua no segmento de locação de veículos, caminhões, máquinas e equipamentos com o foco principal em locação de veículos da modalidade 4x4/SUV. Estamos estrategicamente posicionados nos mercados de mineração, infraestrutura, celulose, facilites, agronegócios que demanda expertise na preparação e manutenção dos veículos, atendendo as exigências e normas de segurança e da operação, bem como na logística de transporte para as mais diversas localidades do Brasil.

A atividade de locação é uma atividade de capital intensivo com pouco custo fixo e baixa barreira de entrada, por isso a Companhia tem foco em oferecer soluções customizadas às necessidades de seus clientes.

As principais estratégias da Companhia são: (i) ampliar a capacidade de venda de seminovos para renovação da frota; (ii) gestão eficiente dos custos; (iii) aumento produtividade da frota. (iv) atuar com frota de veículos de qualidade, em adequado estado de conservação e baixa quilometragem; (v) investir em frota de maior valor agregado associado a prestação de serviço de gestão de frota, gerando assim um aumento de receita por veículo locado, resultando maior rentabilidade para o negócio.

Compartilhamos abaixo alguns destaques de resultado da companhia nesse último ano:

Receita Líquida
(em milhões)

R\$ 251

EBITDA
(em milhões)

R\$ 169

EBITDA
Margem

67%

Alavancagem

2,06x



2. Mensagem da Administração

Prezados acionistas, colaboradores, clientes, parceiros de negócio e fornecedores,

Apresentamos as demonstrações financeiras referente ao exercício encerrado em 31.12.2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes e com o compromisso permanente de transparência, responsabilidade e governança, respeitando os valores e cultura da organização.

Durante o período, a companhia manteve seu foco na eficiência operacional, na disciplina financeira e no fortalecimento de suas estratégias de crescimento. Mesmo diante de um ambiente econômico desafiador, seguimos trabalhando para garantir a sustentabilidade do negócio, a geração de valor aos acionistas e a qualidade de nossos produtos e serviços.

Os resultados apresentados refletem os esforços de nossas equipes, o aprimoramento contínuo de processos e a busca por inovação e competitividade. Reforçamos também nosso compromisso com práticas éticas, responsabilidade socioambiental e boa governança corporativa.

A administração permanece atenta às oportunidades e desafios do mercado, mantendo uma gestão prudente e estratégica para sustentar o desenvolvimento da companhia no longo prazo.

A LOC FROTAS fecha o exercício de 2025 com um crescimento de 27% da receita líquida frente ao exercício do ano anterior.

Quanto a geração de caixa, o EBTIDA do ano de 2025 fechou em R\$169 milhões, um crescimento de 30% frente ao ano de 2024, resultando em uma margem de 67% sob a receita líquida. A Companhia segue com seu compromisso de aumentar a eficiência da gestão, através de inovação e melhores práticas de gestão, controlando custos e despesas e consequentemente oferecendo preços mais competitivos aos nossos clientes.

Encerramos 2025 com um índice de alavancagem (Dívida Líquida/EBTIDA) de 2,06x, reafirmando nossa estratégia de crescimento sustentável e controle rigoroso dos índices de alavancagem.



O cenário macroeconômico manteve-se desafiador com taxas de juros elevadas, impactando negativamente o Resultado.

Durante o ano de 2025 a Companhia realizou investimentos no montante de 164 milhões destinados, principalmente, à aquisição de veículos para ampliação e renovação de sua frota operacional. Esse investimento tem como objetivo fortalecer a capacidade operacional da Companhia, atender ao crescimento da demanda por locação de veículos e manter o padrão de qualidade e competitividade da frota disponibilizada aos clientes.

O setor de locação de caminhões continua a ser uma área de foco, representando mais de 25% da nossa receita total, consolidando nossa posição como referência no mercado.

Dentre uma das estratégias da companhia está a ampliação da capacidade de venda de seminovos para viabilizar o processo de rejuvenescimento da frota.

A receita de venda de seminovos foi de 57 milhões no ano de 2025 e de 48 milhões no ano de 2024, um crescimento de 19%, esse aumento está relacionado a desmobilização de parte da frota de acordo com o ciclo natural da operação.

A estratégia de renovação visa manter o padrão de qualidade da frota, otimizar custos operacionais e garantir maior eficiência na prestação dos serviços de locação.

No ano de 2025 a Companhia realizou investimentos significativos em gestão de pessoas, visando capacitação, treinamentos e desenvolvimento de talentos, mirando atrair, reter e fortalecer a equipe. Reestruturou os benefícios ofertados aos colaboradores e promoveu um ambiente de crescimento profissional, promovendo o bem estar de seus colaboradores. Fruto desse trabalho a Loc frotas foi certificada pela GPTW- Great Place to Work, nos últimos dois anos, como uma das melhores empresas para se trabalhar. Além disso a Companhia em 2025 foi reconhecida em primeiro lugar do Brasil com a certificação GPTW Jovens Potências.

Passamos a investir em treinamentos para os nossos funcionários, capacitando nossa equipe integrar os princípios da sustentabilidade em todas as áreas de nossa operação, refletindo assim nosso compromisso com práticas empresariais responsáveis e ambientalmente conscientes. Agradecemos a confiança de nossos acionistas, o empenho de nossos colaboradores e a parceria de clientes e fornecedores, que são fundamentais para a continuidade e o sucesso de nossas operações.

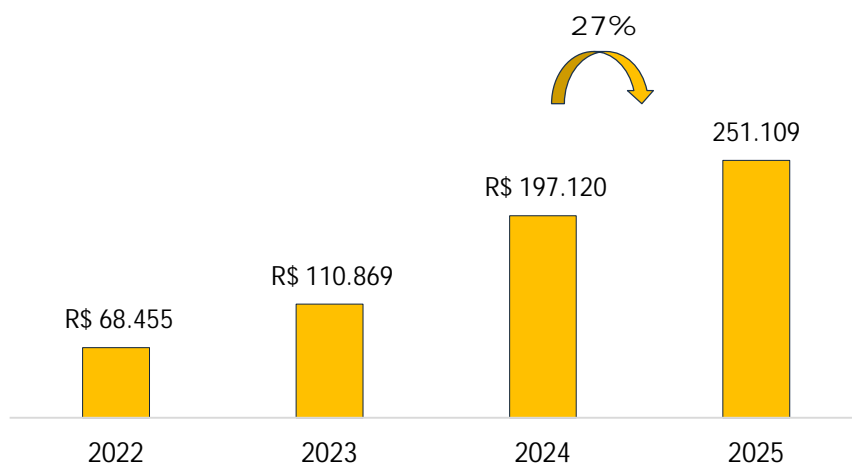
Felipe Luz – CEO



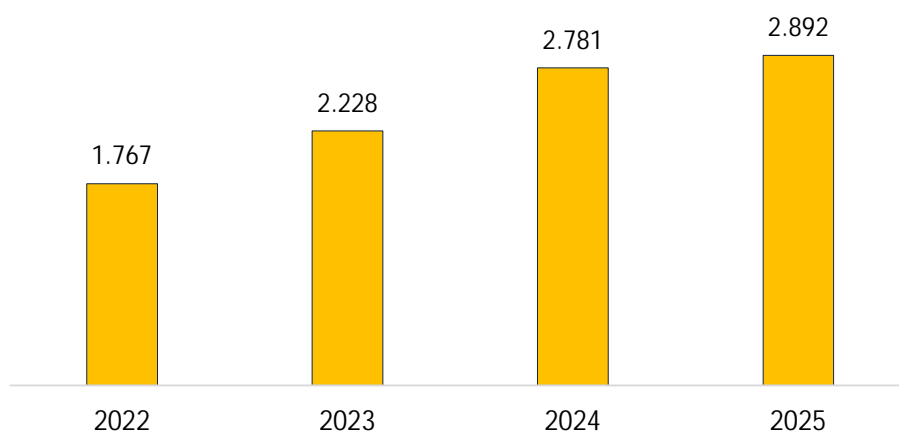
3. Comentário de desempenho

Receita Líquida

A receita operacional líquida da Companhia foi de R\$251 milhões acumuladas em 2025 e de R\$197 milhões em 2024, apresentando uma variação de R\$54 milhões ou 27%. Esse aumento foi registrado pela Companhia em função do crescimento da frota, maior utilização dos veículos e incremento na venda de seminovos. O desempenho reflete a expansão das atividades da Companhia e a eficiência na gestão operacional, contribuindo para a geração de resultados consistentes e sustentáveis.



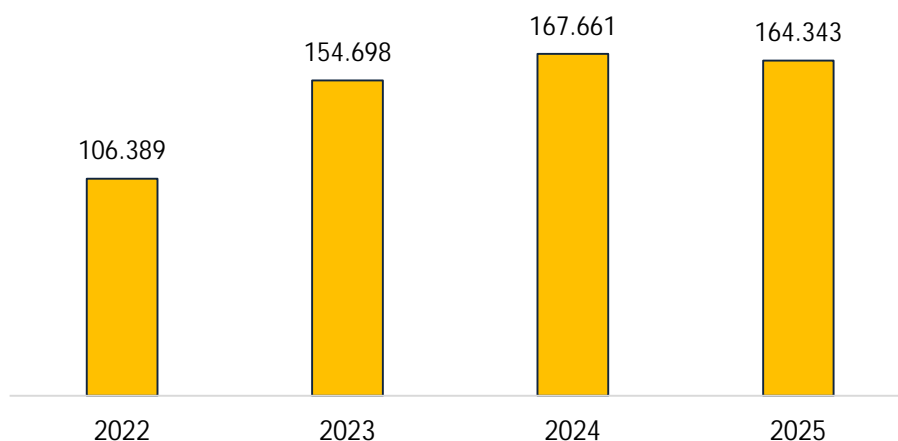
Evolução da Frota





No período analisado, a frota de veículos da companhia não apresentou aumento significativo. Tal comportamento deve-se principalmente à política de renovação da frota adotada pela administração, que inclui a venda de veículos mais antigos e sua substituição gradual por unidades mais novas. Dessa forma, parte das aquisições realizadas no período foi compensada pelas alienações efetuadas, mantendo o tamanho da frota relativamente estável.

Investimento em renovação da Frota

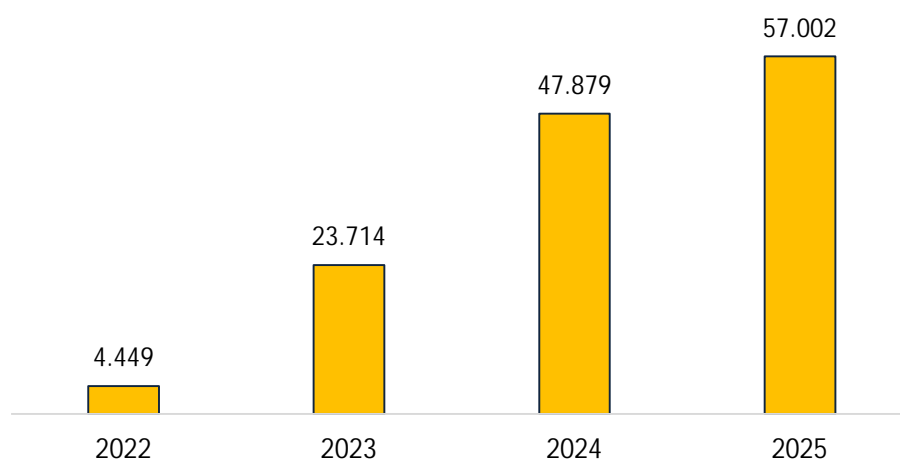


A frota no final de 2025 é de 2.892 com um investimento de 164 milhões na aquisição de veículos destinados à frota operacional. Embora tenha ocorrido volume relevante de aquisições no período, não foi observado aumento significativo na quantidade total de veículos da frota, tendo em vista que parte substancial dessas aquisições esteve relacionada à substituição de veículos alienados ao longo do exercício, no contexto da política de renovação da frota da Companhia.



SEMINOVOS

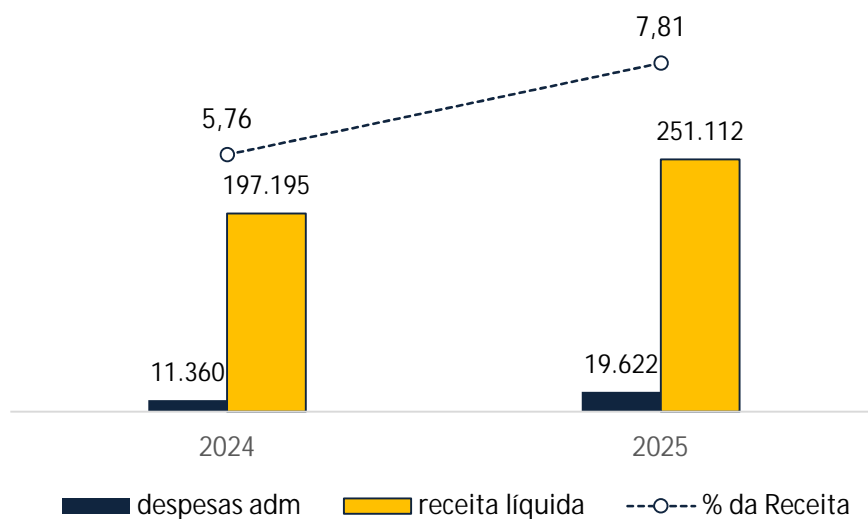
Receita Seminovos



No ano de 2025 a receita de seminovos atingiu R\$ 57 milhões e 48 milhões em 2024, crescimento de 19% em relação ao ano de 2024. Esse aumento está relacionado à renovação da frota, decorrente da estratégia da Companhia de otimização do ciclo de utilização dos veículos.



Despesas Gerais e Administrativas



As despesas administrativas da Companhia em 2025 foram de R\$19,6 milhões e de R\$ 11,4 milhões em 2024, o que representou uma variação de R\$ 8,2 milhões ou 72,72%. As despesas administrativas representaram 7,81% e 5,76% da receita operacional líquida nos períodos de 2025 e 2024, respectivamente. A Companhia registrou aumento nas despesas administrativas em relação à receita líquida quando comparado ao exercício anterior. Esse incremento está principalmente relacionado ao processo de expansão e crescimento operacional da Companhia.

A administração entende que tais despesas são compatíveis com o estágio atual de desenvolvimento da Companhia e refletem investimentos em estrutura e processos que suportam a expansão das atividades e o crescimento sustentável do negócio.



Despesas com depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a diferença entre o preço de compra do carro e a estimativa de preço de venda ao final de sua vida útil, líquida da estimativa dos custos e despesas para venda. A estimativa de preço de venda é reavaliada anualmente de forma que o valor registrado convirja para os preços praticados pelo mercado. Em 2025 a depreciação foi de R\$ 94 milhões e de R\$ 61 milhões em 2024. A depreciação foi impactada pela revisão nas estimativas de valor residual e de vida útil operacional da frota.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro da Companhia no fim do período de 2025 foi de R\$ 75,1 milhões e de R\$ 68,7 milhões no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de R\$ 6,4 milhões ou 9,38%. Esse resultado positivo está refletindo a expansão das atividades e a manutenção da eficiência operacional ao longo do período.

Receitas Financeiras

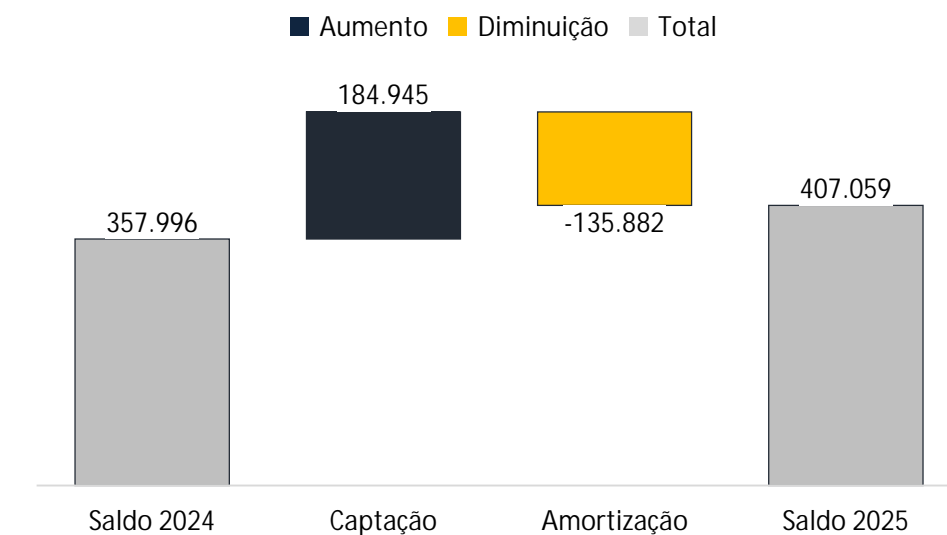
As receitas financeiras da Companhia em 2025 foi de R\$ 4,7 milhões e de R\$2,8 milhões em 2024, o que representou uma variação de R\$ 1,9 milhões ou 66,25%. O aumento observado no período decorre, principalmente, da maior rentabilidade das aplicações financeiras e da gestão do caixa da Companhia, refletindo as condições de mercado e o volume de recursos disponíveis ao longo do exercício.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras da Companhia em 2025 foi de R\$ 78,7 milhões e de R\$53,9 milhões no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de R\$ 24,8 milhões ou 46,06%. respectivamente. Esse aumento nas despesas financeiras, decorre da contratação de novos financiamentos destinados ao suporte dos investimentos realizados nas operações e de um aumento da taxa Selic.



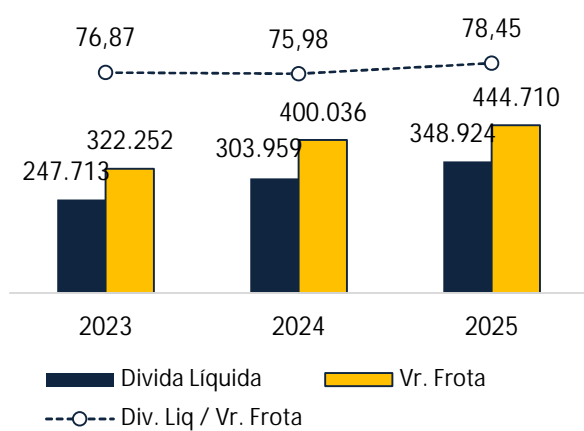
Movimentações de Empréstimos e Financiamentos



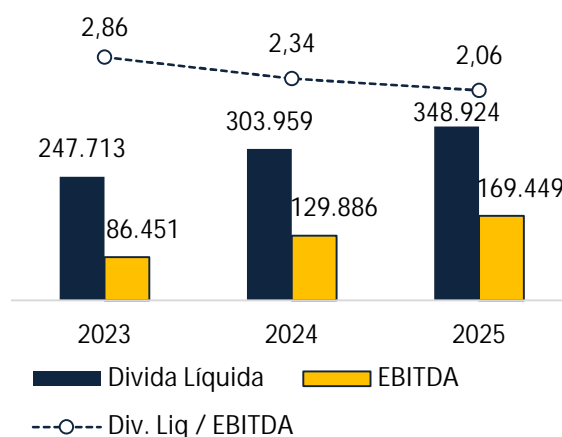
Considerando essas movimentações, o saldo final de empréstimos em 31 de dezembro de 2025 atingiu R\$ 407 milhões.

INDICADORES DE ALAVANCAGEM

Dívida Líquida x Vr. Frota

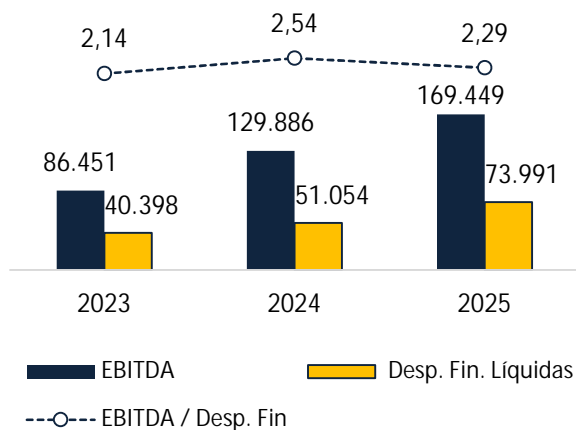


Dívida Líquida x EBITDA





EBITDA x Despesas Financeiras Líquidas

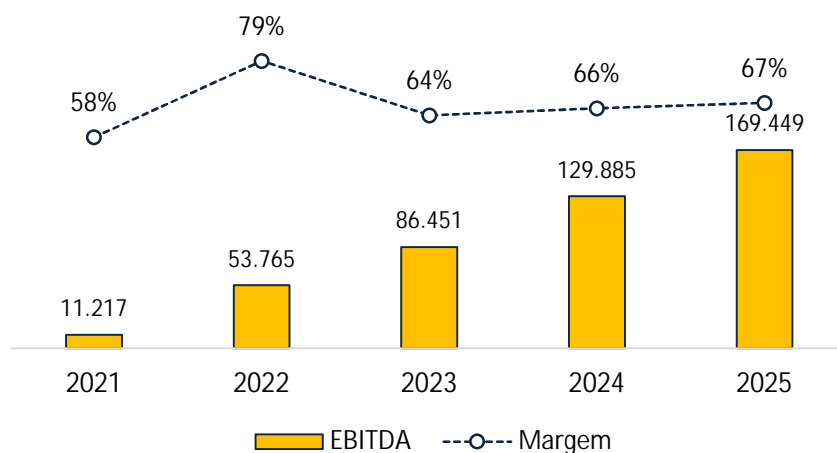


A análise conjunta dos indicadores da Companhia no final 2025 demonstra que a Companhia apresenta estrutura de capital compatível com o setor de locação de veículos, caracterizado por alta intensidade de ativos e utilização de financiamento para aquisição de frota.

O nível de alavancagem observado encontra-se dentro de patamar considerado adequado, enquanto os indicadores de geração de caixa evidenciam capacidade suficiente para cobertura das obrigações financeiras.

EBITDA e margem EBITDA

Em 2025 a Companhia alcançou um EBITDA de R\$ 169,4 milhões, com uma margem de 67% sobre a receita líquida. No mesmo período do ano de 2024 esse valor foi de R\$ 129,8 milhões e uma margem de 66%. Esse crescimento é atribuído a ampliação do backlog de clientes, aumento da frota locada e consequente aumento da receita de locação e vendas, bem como eficiência na gestão de custos e despesas operacionais. Adicionalmente observamos um aumento do valor médio de locação e de venda o que reforçou esse crescimento. O desempenho positivo evidencia a capacidade da Companhia de gerar lucro operacional antes da depreciação, juros e impostos, mantendo eficiência e sustentabilidade em suas operações.



Reconciliação do Ebitda

	2025	2024
Lucro Líquido	732	11.590
+ Resultado Financeiro	73.991	51.054
+ Impostos	425	6.058
EBIT	75.148	68.702
+ Depreciação e Amortização	94.301	61.183
EBITDA	169.449	129.885
- Caixa e equivalente de caixa	35.061	31.782
+ Dívida total	383.985	335.742
Dívida Líquida	348.924	303.959
Dívida Líquida/EBITDA	2,06	2,34
Covenant	2,50	2,50

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores da
Loc Frotas Locações S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Loc Frotas Locações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Loc Frotas Locações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Emissão de debêntures simples

A Companhia apresenta saldo significativo de debêntures registradas no passivo, composto pela 2ª emissão em duas séries com características específicas quanto a prazos, formas de remuneração, cláusulas de *covenants* e opções de recompra antecipada. A mensuração dessas obrigações requer julgamentos relevantes da Administração, especialmente no que se refere à determinação das taxas de juros de mercado aplicáveis, à estimativa dos fluxos de pagamentos futuros, à avaliação do cumprimento das cláusulas contratuais e aos eventuais efeitos decorrentes da atualização pelo valor justo, quando aplicável.

Adicionalmente, o cumprimento dos *covenants* financeiros previstos nos instrumentos de emissão pode impactar a classificação das debêntures entre circulante e não circulante, além de influenciar potenciais necessidades de renegociação, aceleração ou vencimento antecipado da dívida. Em função da complexidade desses instrumentos, da materialidade dos valores envolvidos e do elevado grau de julgamento requerido, entendemos que este tema constituiu um principal assunto de auditoria no exercício.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Obtenção e leitura das escrituras de emissão de debêntures, com o objetivo de compreender os principais termos, prazos, remuneração, garantias, *covenants* e demais condições contratuais;
- Avaliação dos critérios de reconhecimento, mensuração e atualização aplicados pela Administração, incluindo testes sobre cálculos relacionados ao custo amortizado, à taxa de juros efetiva e aos ajustes a valor justo, quando aplicável;
- Execução de procedimentos de conciliação dos saldos das debêntures com relatórios de agentes fiduciários, extratos e registros contábeis da Companhia;
- Análise do cumprimento dos *covenants* financeiros, considerando indicadores calculados pela Administração e revisando eventuais impactos na classificação contábil entre circulante e não circulante;
- Avaliação da adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas, particularmente no que se refere a características das emissões, riscos associados, movimentações do período e eventuais incertezas relevantes.

Com base nos procedimentos de auditoria realizados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas e suficientes para os registros contábeis, e que os julgamentos e mensuração aplicados pela Administração e as divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis relativas às debêntures são apropriados no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2026.

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2025	2024		Nota explicativa	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	30.896.300	25.861.394	Empréstimos, financiamentos e títulos de dívida	13	145.111.518	142.091.378
Contas a receber	6	39.419.357	31.765.544	Fornecedores	14	10.754.256	5.847.384
Impostos a recuperar	7	6.034.478	954.783	Obrigações sociais e trabalhistas	15	1.187.390	825.178
Ativos destinados a venda	8	13.216.827	4.214.095	Obrigações tributárias	16	191.356	2.030.366
Adiantamento a Consórcio	9	4.906.052	5.419.853	Instrumentos financeiros	17	1.276.296	-
Outros ativos circulantes		735.508	532.892	Adiantamentos de clientes		290.430	508.395
		95.208.522	68.748.561	Arrendamentos	18	370.290	157.821
				Dividendos a pagar	19	2.040.000	1.200.000
				Provisão para riscos	20	86.160	-
				Outras contas a pagar		56.001	52.666
						161.363.697	152.713.188
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber	6	1.068.369	-	Empréstimos, financiamentos e títulos de dívida	13	261.947.372	215.904.599
Aplicações financeiras	5	4.164.821	5.921.045	Instrumentos financeiros	17	3.046.862	-
Investimentos		1.216.769	1.039.022	Arrendamentos	18	949.459	236.948
Partes relacionadas	11	620.000	-	Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	10	25.139.380	24.714.721
		7.069.959	6.960.067	Partes relacionadas	11	-	236.301
						291.083.073	241.092.569
				Patrimônio líquido			
Imobilizado	12	433.349.583	402.685.868	Capital social	21.a)	50.000.000	50.000.000
		433.349.583	402.685.868	Reserva de lucros		33.181.294	34.588.739
						83.181.294	84.588.739
Total do ativo		535.628.064	478.394.496	Total do passivo e patrimônio líquido		535.628.064	478.394.496

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida	22	251.108.899	197.120.363
Custos dos serviços prestados	23	(156.717.306)	(117.274.261)
Lucro bruto		94.391.593	79.846.102
(Despesas)/receitas operacionais			
Despesas com pessoal	24	(9.030.470)	(6.509.360)
Despesas administrativas e gerais	25	(10.591.570)	(4.850.237)
Outras despesas operacionais líquidas		378.029	215.673
		(19.244.011)	(11.143.924)
Resultado operacional antes das despesas financeiras líquidas		75.147.582	68.702.178
Receitas/(despesas) financeiras líquidas			
Receitas financeiras	26	4.763.393	2.864.524
Despesas financeiras	26	(78.754.261)	(53.918.635)
		(73.990.868)	(51.054.111)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	27	(424.659)	(6.058.453)
		(424.659)	(6.058.453)
Lucro líquido do exercício		732.055	11.589.614
Lucro líquido do exercício por ação (Em R\$)		0,01	0,23

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	2025	2024
(Prejuízo)/ Lucro líquido do exercício	<u>732.055</u>	<u>11.589.614</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>732.055</u></u>	<u><u>11.589.614</u></u>

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros líquidos/ (prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos de 31 de dezembro de 2023	38.464.000	1.838.214	34.926.065	-	75.228.279
Integralização de capital social	11.536.000	-	(11.536.000)	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	11.589.614	11.589.614
Destinações					
Distribuições de lucros	-	-	-	(2.229.154)	(2.229.154)
Constituição da reserva legal	-	579.481	-	(579.481)	-
Constituição de reserva para retenção de lucros	-	-	8.780.979	(8.780.979)	-
Saldos de 31 de dezembro de 2024	50.000.000	2.417.695	32.171.044	-	84.588.739
Lucro líquido do período	-	-	-	732.055	732.055
Destinações					
Distribuições de lucros	-	-	(1.444.048)	(695.452)	(2.139.500)
Constituição da reserva legal	-	36.603	-	(36.603)	-
Saldos de 31 de dezembro de 2025	50.000.000	2.454.298	30.726.996	-	83.181.294

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)

	2025	2024
Lucro Líquido do exercício	732.055	11.589.614
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação do ativo imobilizado	94.301.242	61.183.499
Amortização direito de uso	276.000	20.044
Baixas do ativo imobilizado	27.297.706	29.881.264
Juros empréstimos, financiamentos e títulos de dívida	65.947.356	48.774.408
Apropriação de custos com emissão de debêntures	677.206	677.206
Juros de arrendamentos	140.799	10.336
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	424.659	6.058.452
Variação Líquida de instrumentos financeiros	4.323.158	-
(Reversão)/constituição de provisão para perdas com contas a receber	2.348.161	136.072
Baixa de arrendamentos	-	146.031
(Reversão)/constituição de provisão para contingências	86.160	-
	<u>196.554.502</u>	<u>158.476.926</u>
(Redução)/aumento líquido nos ativos		
Contas a receber	(11.070.346)	(12.029.822)
Impostos a recuperar	(5.079.695)	(346.618)
Estoque de veículos para venda	4.214.095	4.649.554
Outros ativos circulantes e não circulantes	311.187	2.308.878
	<u>(11.624.759)</u>	<u>(5.418.008)</u>
Aumento líquido/(diminuição) nos passivos		
Fornecedores	4.906.872	(5.587.262)
Obrigações sociais e trabalhistas	362.212	265.502
Obrigações tributárias	(1.839.010)	307.672
Adiantamentos de clientes	(217.965)	(2.957.612)
Outras contas a pagar	3.335	52.667
Arrendamentos pagos	(365.495)	(182.963)
Juros pagos	(71.815.090)	(43.136.215)
	<u>(68.965.141)</u>	<u>(51.238.211)</u>
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	<u>115.964.602</u>	<u>101.820.707</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de investimentos	(177.747)	(140.985)
Aplicações financeiras	1.756.224	(5.921.045)
Aquisições de bens para o imobilizado	(164.605.813)	(167.763.848)
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(163.027.336)</u>	<u>(173.825.878)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Distribuições de lucros	(1.299.500)	(1.029.154)
Recebimentos/(pagamentos) de partes relacionadas, líquidos	(856.301)	(1.522.144)
Captações	184.945.250	161.027.966
Amortizações	(130.691.809)	(91.902.470)
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamentos	<u>52.097.640</u>	<u>66.574.198</u>
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.034.906</u>	<u>(5.430.973)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	25.861.394	31.292.367
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	30.896.300	25.861.394
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.034.906</u>	<u>(5.430.973)</u>

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

	2025	2024
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	270.917.969	212.328.201
Outras receitas	382.931	215.672
Provisão para contingências	(86.160)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.348.163)	(136.071)
	<u>268.866.577</u>	<u>212.407.802</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(57.187.260)	(64.241.560)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(7.205.722)	(4.242.359)
	<u>(64.392.982)</u>	<u>(68.483.919)</u>
Valor adicionado bruto	<u>204.473.595</u>	<u>143.923.883</u>
Depreciações e amortizações	(94.301.242)	(61.183.499)
Amortização direiro de uso	(276.000)	(20.044)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>109.896.353</u>	<u>82.720.340</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.763.393	2.864.524
	<u>4.763.393</u>	<u>2.864.524</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>114.659.746</u></u>	<u><u>85.584.864</u></u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Salários e encargos	7.646.355	5.580.260
	<u>7.646.355</u>	<u>5.580.260</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Municipais	15.186	-
Federais	21.812.835	9.997.249
Estaduais	5.265.143	4.028.152
	<u>27.093.164</u>	<u>14.025.401</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	74.350.026	50.384.187
Aluguéis	433.912	470.955
Outras	4.404.234	3.534.447
	<u>79.188.172</u>	<u>54.389.589</u>
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos	2.040.000	1.200.000
Lucros retidos	(1.307.945)	10.389.614
	<u>732.055</u>	<u>11.589.614</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>114.659.746</u></u>	<u><u>85.584.864</u></u>

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Loc Frotas Locações S.A. - iniciou suas atividades em 26 de junho de 2020 é uma Companhia anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Loc Frotas atua em todo o território nacional para pessoas jurídicas, no segmento de locação de veículos leves, pesados e máquinas, sem motoristas, e gestão de frotas. Para realizar a renovação da frota LOC vende os veículos desmobilizados da operação, com o objetivo de maximizar a geração de caixa da Companhia.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional das operações da Companhia. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram revisadas e aprovadas pela Administração em 31 de março de 2026, data em que foi autorizada a sua divulgação.

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Companhia na sua gestão.

2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática.

Uma moeda é considerada conversível quando a companhia consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a companhia só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte:

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;
- Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;
- Requisitos adicionais de divulgação quando uma companhia estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;
- Orientações de aplicação para ajudar as companhias a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;
- Exemplos ilustrativos;
- Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada.

A Companhia adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Companhia, por três razões principais:

- a Companhia não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes;
- a Companhia não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e
- Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.

Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Companhia, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos.

b) Exemplos ilustrativos para divulgação nas Demonstrações Contábeis sobre incerteza relacionadas ao clima

Durante novembro de 2025, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou exemplos ilustrativos de divulgação sobre incertezas relacionadas ao clima. Como esses exemplos ilustrativos acompanham materiais para as Normas Contábeis IFRS, esses exemplos não têm data de vigência. No entanto, espera-se que as entidades as implementem em tempo hábil.

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados a sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com isso os exemplos ilustrativos trazidos pelo IASB não impactaram estas Demonstrações Contábeis.

c) Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Por meio da Resolução CVM nº 223/24 a autarquia tornou obrigatória a adoção desta orientação por todas as Entidades abertas e supervisionadas pela CVM para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO₂e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO).

A companhia precisou avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, pois julgamos que esta informação é importante para uma apropriada interpretação das demonstração contábeis por parte de seus usuários.

A companhia avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e não identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis.

2.3. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48- podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações contábeis: A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações contábeis (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações contábeis consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

2.4. Conversão de moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado outra forma.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado financeiro, líquido".

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificados como mensuradas ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, por exemplo, os investimentos em ações classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, estão incluídas na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia para a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação menos a Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Uma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

3.3. Estoque de veículos para venda

O estoque de veículos para venda é composto pelos carros cujos valores contábeis serão recuperados por meio da venda, em vez do uso contínuo na operação. Essa condição é considerada atendida quando: (i) os carros estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sendo sua venda altamente provável; (ii) a Companhia procedeu à desmobilização dos carros do imobilizado e está comprometida com a sua venda; (iii) os carros são efetivamente colocados à venda por preço razoável em relação ao seu valor justo corrente; e (iv) espera-se que a venda seja realizada em até 12 meses a partir da classificação como estoque de veículos para venda. O estoque de veículos para venda é apresentado pelo menor valor entre o valor justo deduzido das despesas estimadas de venda e o seu valor contábil líquido, que contempla o custo de aquisição líquido da depreciação acumulada até a data em que são classificados como veículos para venda.

3.4. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

Os carros em operação, seja nas atividades de aluguel de carros ou de gestão de frotas, estão classificados no ativo imobilizado, enquanto os carros em desativação, após o uso nessas atividades, são apresentados como "estoque de veículos para venda".

Depreciação dos carros

A depreciação estimada dos carros é calculada pela diferença entre o custo de aquisição do carro e seu valor estimado para a data prevista da venda, deduzidos os descontos comerciais e as despesas de venda estimados, sendo reconhecida de modo que o valor a depreciar seja integralmente reconhecido até o final da vida útil estimada, pelo método linear. A Companhia reavalia periodicamente a aderência dos métodos de depreciação para melhor refletir a equalização dos custos de manutenção e depreciação durante a vida útil dos carros.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor contábil do ativo quando exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por impairment na data do balanço.

3.6. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um período de tempo, em troca de contraprestação.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do contrato. Pagamentos estes que incluem os pagamentos fixos menos quaisquer incentivos a receber, pagamentos variáveis que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do contrato, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo, uma alteração nos pagamentos (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento para os contratos de curto prazo (ou seja, aqueles cujo prazo de vigência seja igual ou inferior a 12 meses, a partir da data de início, e que não contenham opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa, pelo método linear, ao longo do prazo do contrato.

3.7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável necessariamente demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos. São capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.8. Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-la é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluindo na mesma classe de obrigação seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para riscos

As provisões para contingências são baseadas nas avaliações de risco de perda efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia nos processos judiciais pendentes na data do balanço.

3.10. Reconhecimento da receita

A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. O seu reconhecimento está de acordo com o CPC 47 - Receita com contratos de clientes, que estabelece um modelo de cinco etapas para determinar como e em que momento será reconhecida, bem como sua mensuração, desde que as receitas e custos possam ser mensurados com segurança. Além disso, critérios específicos para cada uma das atividades da Companhia devem ser atendidos, conforme descrição a seguir:

a. Locação de veículos

A receita de locação de bens (veículos e máquinas) é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas de locação de frota são reconhecidas em bases mensais pelo exercício do contrato de aluguel.

b. Venda de veículos

A receita operacional da venda de bens (veículos seminovos), atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente.

A Companhia reconhece as receitas quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável; (ii) é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a companhia; (iii) o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável e (iv) os custos incorridos para a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados de forma confiável.

c. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva

3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa ou crédito com Imposto de Renda e Contribuição Social representa no resultado da Companhia a soma dos impostos correntes e diferidos (quando existentes). A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social corrente está baseada no Lucro tributável do exercício. O Lucro tributável difere do Lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. As alíquotas aplicáveis ao Lucro tributável são de 25% para o Imposto de Renda (IR) e de 9,0% para a Contribuição Social (CS).

3.12. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Neste caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem as interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço se houver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes em geral relacionado com a mesma companhia legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes companhias ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

3.13. Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo ou passivo é classificado no circulante quando:

Espera-se que seja realizado/liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido durante o ciclo operacional normal da Companhia;

Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;

Deve ser liquidado ou espera-se que seja realizado no período de até 12 meses após a data do balanço.

É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não devem afetar a sua classificação.

Todos os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes

3.14. Impactos da reforma tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027;
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025. Eventuais regulamentações adicionais publicadas após a data-base serão avaliadas quanto aos seus impactos nas demonstrações contábeis dos períodos futuros

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar o melhor julgamento possível para determinar, através de estimativas, critérios e valores para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes ao valor justo dos imóveis para auferir aluguel ou para valorização do capital, à seleção das vidas úteis e avaliação de valores recuperáveis do ativo imobilizado, valores de mercado de estoques, avaliação de passivos contingentes e para impostos incidentes sobre operações e os lucros, provisões necessárias para redução de ativos e passivos aos valores de efetiva realização e outras similares. A liquidação de transações envolvendo estas estimativas poderá apresentar variações em relação aos valores estimados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

A Companhia revisa suas estimativas e premissas sempre que necessário, de modo a refletir alterações que venham a ocorrer durante o período, as quais são reconhecidas no período em que ocorrem, ou seja, dentro de seu período de competência.

5. Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2025	2024
Caixa	3.564	500
Contas correntes bancárias	99.925	117.167
Aplicações financeiras com resgate imediato	30.792.811	25.743.727
	<u>30.896.300</u>	<u>25.861.394</u>
Aplicações financeiras vinculadas as debêntures	4.164.821	5.921.045
Ativo circulante	30.896.300	25.861.394
Ativo não circulante	4.164.821	5.921.045

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras referem-se a operações de renda fixa remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e, de acordo com os contratos firmados pela Companhia e pelos bancos, essas aplicações podem ser resgatadas em prazo inferior a 90 dias, sem perda dos rendimentos, dessa forma, foram consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor;
- (ii) O valor de R\$ 4.164.821 refere-se a caixa restrito dado em garantia das debêntures emitidas pela Companhia resgatável a longo prazo. Tais montantes se tornarão disponíveis para resgate por parte da Companhia conforme o cronograma de pagamento das debêntures.

6. Contas a receber

O saldo de contas a receber de clientes é oriundo de operações de terceirização de frota, conforme demonstrados nas datas dos balanços:

	2025	2024
Clientes - Nacionais	30.251.309	25.665.935
Clientes a faturar	13.229.787	6.792.400
Clientes - Partes relacionadas (i)	283.159	235.574
(-) PECLD	(3.276.529)	(928.365)
	<u>40.487.726</u>	<u>31.765.544</u>
Circulante	39.419.357	31.765.544
Não circulante	1.068.369	-

- (i) As operações a receber a Localix Serviços Ambientais Ltda. referem-se a operações normais de terceirização de frota e foram realizadas nos mesmos parâmetros aplicáveis nas operações com terceiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

A Companhia registra, após análise individualizada de contas a receber de clientes, a provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis conforme apresentado seguir:

	2025	2024
A vencer	18.405.926	18.068.594
Vencidos até 30 dias	2.409.933	1.473.135
Vencidos de 31 a 180 dias	4.494.390	3.638.776
Vencidos há mais de 181 dias	5.224.219	2.721.004
	<u>30.534.468</u>	<u>25.901.509</u>

7. Impostos a recuperar

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2025	2024
Cofins a compensar	4.277.593	-
PIS a compensar	929.656	-
IRRF sobre aplicações financeiras	827.229	366.661
Saldo da declaração IRPJ a recuperar	-	571.304
Outros impostos a recuperar	-	16.818
	<u>6.034.478</u>	<u>954.783</u>

Os créditos de PIS e COFINS referem-se ao cálculo de Depreciação Acelerada conforme laudo técnico realizado em dezembro de 2025.

8. Ativos destinados à venda

Em 31 de dezembro, o estoque de veículos para venda possui a seguinte composição:

	2025	2024
Estoque de veículos para venda	13.216.827	4.214.095
	<u>13.216.827</u>	<u>4.214.095</u>

Nessa rubrica estão classificados bens que estavam contabilizados no ativo imobilizado e que, em decorrência da sua substituição, estão disponíveis para venda imediata. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável, razão pela qual são mantidos no ativo circulante. Uma vez classificados como ativo imobilizado disponibilizados para venda, os ativos deixam de ser depreciados. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada.

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

9. Adiantamento a Consórcio

	2025	2024
Consórcio Portobens	4.245.486	581.114
Consórcio Santander	660.566	2.584.234
Gaplan Administradora de Consórcio Ltda	-	2.254.505
	<u>4.906.052</u>	<u>5.419.853</u>

10. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos e passivos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. Assim demonstrados nas datas dos balanços:

	Ativo		Passivo		Líquido	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
IRPJ Diferido	38.889.721	15.787.051	57.374.559	33.959.640	(18.484.838)	(18.172.589)
CSLL Diferido	14.000.299	5.683.338	20.654.841	12.225.470	(6.654.542)	(6.542.132)
	<u>52.890.020</u>	<u>21.470.389</u>	<u>78.029.400</u>	<u>46.185.110</u>	<u>(25.139.380)</u>	<u>(24.714.721)</u>

11. Partes relacionadas ativos e passivos

A Companhia realiza operações de mútuo com partes relacionadas, incluindo empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico. Todas as transações são realizadas em condições previamente acordadas entre as partes, devidamente formalizadas e documentadas.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía R\$ 620.000 a receber da parte relacionada Localix Serviços Ambientais Ltda. (2024 - R\$ 0). Na mesma data, não havia valores a pagar classificados no passivo não circulante (2024 - R\$ 236.301).

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado é demonstrada como segue:

Custo ou avaliação	Veículos (a)	Máquinas e equipamentos	Instalações/Móveis e utensílios	Equipamentos p/ processamento de dados	Direito de uso de arrendamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	322.251.759	7.210.227	133.392	215.110	146.031	329.956.519
Adição	167.661.465	-	14.976	87.407	410.433	168.174.281
Depreciação	(59.995.886)	(1.110.776)	(16.457)	(60.380)	-	(61.183.499)
Amortização	-	-	-	-	(20.044)	(20.044)
Baixas	(29.881.264)	-	-	-	(146.031)	(30.027.295)
Transferência para estoque	(4.214.094)	-	-	-	-	(4.214.094)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	395.821.980	6.099.451	131.911	242.137	390.389	402.685.868
Custo total	436.319.028	10.212.259	172.282	363.270	410.433	447.477.272
Depreciação acumulada	(40.497.048)	(4.112.808)	(40.371)	(121.133)	(20.044)	(44.791.404)
Valor contábil	395.821.980	6.099.451	131.911	242.137	390.389	402.685.868
Saldos em 31 de dezembro de 2024	395.821.980	6.099.451	131.910	242.138	390.389	402.685.868
Adição	164.342.862	-	146.371	116.580	1.149.677	165.755.490
Depreciação	(88.164.311)	(6.030.654)	(17.275)	(89.002)	-	(94.301.242)
Amortização	-	-	-	-	(276.000)	(276.000)
Baixas	(27.290.280)	-	(7.426)	-	-	(27.297.706)
Transferência para estoque	(13.216.827)	-	-	-	-	(13.216.827)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	431.493.424	68.797	253.580	269.716	1.264.066	433.349.583
Custo total	500.253.986	10.212.259	310.239	479.849	1.560.109	512.816.442
Depreciação acumulada	(68.760.562)	(10.143.462)	(56.659)	(210.133)	(296.043)	(79.466.859)
Valor contábil	431.493.424	68.797	253.580	269.716	1.264.066	433.349.583

(a) A Companhia possui financiamentos contratados junto a instituições financeiras na modalidade Finame e CDC e os respectivos veículos são dados em garantia através de alienação fiduciária.

Depreciação Fiscal

Definida pela IN SRF nº 162/1998, as taxas de depreciação fiscal são preestabelecidas baseada em referência à NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul).

Em relação à Locadora de Veículos, diferimos os veículos em passeio e utilitário:

- NCM 8702 e 8704: veículos utilitários;
- NCM 8703: veículos de passeio.

No exercício fim de 31 dezembro de 2025 a companhia procedeu à revisão das taxas de depreciação de determinados itens de seu ativo imobilizado, com fundamento em laudo técnico de avaliação elaborado por profissional/empresa especializada independente.

O referido laudo teve como objetivo reavaliar a vida útil econômica estimada dos bens, considerando as condições efetivas de uso, desgaste/obsolescência tecnológica e demais fatores técnicos aplicáveis. Com base nessa avaliação, foi constatado que determinados ativos apresentam vida útil remanescente inferior a anteriormente aplicada, ensejando a adoção de taxa de depreciação aceleradas.

Para fins de apuração, a depreciação acelerada é a válida para apuração de impostos.

Depreciação Societária

A resolução CFC nº 1.177/2009, que aprova a NBC TG 27 (R4) Ativo imobilizado, determina que a empresa efetue uma análise criteriosa do imobilizado e a partir desse ponto passe a estimar a vida útil do bem. A depreciação contábil deve ser elaborada com base na vida útil do bem. Sendo assim, a depreciação será calculada pelo valor depreciável, a qual é mencionado no item 6 do CPC 27 dispondo que o mesmo, é o custo menos o valor residual que resultará o valor depreciável. E valor residual é o valor estimado que a companhia obteria com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil.

Logo, é constatado que de acordo com as normas contábeis a forma de cálculo da depreciação societária difere da depreciação fiscal, pois trata-se de um modelo de cálculo que leva em consideração a vida útil do bem e o retorno esperado na venda mediante diretrizes da empresa e situação do mercado.

Posto isso, a empresa tem a possibilidade de analisar item a item para definir a vida útil do bem e aplicar a taxa de depreciação a ser utilizada.

Em nosso trabalho avaliamos as alterações no mercado, valorização dos bens, e alteração da forma de uso dos bens reduzindo sua vida útil estimada.

Nossa Companhia é uma locadora de veículos e tem como principal ativo a frota de veículos, enquadrando-se neste perfil de empresa, cujo controle da depreciação societária dos veículos interfere diretamente na contabilização da empresa, e como este imobilizado é de grande relevância nas demonstrações contábeis as variações descritas acima impactam no cálculo da depreciação. A não atualização dos cálculos geram inconformidade com a legislação contábil.

Ressaltamos ainda, que o nosso estudo discorre apenas sobre as diretrizes do cálculo de depreciação societária e contabilização da mesma, com base nas normas contábeis, e isso nada interfere no cálculo da depreciação fiscal para apuração dos impostos conforme determina Anexo III da Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017.

Então vejamos:

1. Valor contábil é o valor pelo qual um ativo é reconhecido após a dedução da depreciação e da perda por redução ao valor recuperável;
2. Valor depreciável é o custo de um ativo ou outro valor que substitua o custo, menos o seu valor residual;
3. Depreciação é a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil;
4. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo;
5. Vida útil é o período de tempo durante o qual a companhia espera utilizar o ativo.

Após o nosso estudo de mercado e utilização chegamos as seguintes definições para as classes de bens:

Classificação	Vida Útil (mês)
Veículos Pesados	60
Veículos Leves	36

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)

13. Empréstimos e financiamentos

A composição dos saldos de “Empréstimos, financiamentos e títulos de dívida” é apresentada como se segue:

	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa de juros (% a.a.)</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>Capital de giro</u>				
Banco do Brasil	set/26	CDI + 4,40	14.533.284	11.507.200
Banco Sicoob	dez/29	CDI + 7,31	24.374.779	11.089.631
Banco ABC Brasil	out/26 - mai/28	CDI 3,00 - CDI 5,53	661.884	3.149.630
			<u>39.569.947</u>	<u>25.746.461</u>
<u>Aquisição de ativo</u>				
Banco Volkswagen S/A	jan/25 - nov/29	9,93 - 12,03	56.889.457	50.709.749
Banco Mercedes Benz	set/26 - jul/29	15,83 - 18,44 / Selic 2,40 - Selic 3,91	19.046.434	25.443.036
Banco Santander	jan/25 - jun/29	8,90 - 15,05 / CDI 6,17	35.356.856	23.136.918
Banco Sicoob	jun/25 - mar/26	8,00 - 21,79	460.871	1.610.465
Banco BDMG	mar/27 - set/29	IPCA 4,94 / Selic 3,38 - Selic 5,12	17.884.985	8.443.083
Banco Rodobens	jun/25 - jan/29	16,51 - 19,32	6.983.268	9.073.887
Banco Volvo	mai-28 - ago/28	17,21 - 22,50%	4.619.411	6.197.790
Banco ABC Brasil	jan/26 - jun/26	0,197	11.978.112	10.818.900
Banco Bradesco S/A	jun/27	0,1891	3.036.244	361.401
Banco Renault - RCI Brasil	jun/26 - mai/28	16,55 - 18,65%	5.650.280	5.921.626
Banco Itaú	fev/26 - ago/27	10,27 - 18,60	848.328	1.475.075
Banco Safra	mai/29	CDI 2,27	15.660.463	10.000.000
Banco Toyota	mar/28 - ago/28	16,20 - 17,47	23.473.898	25.737.465
Banco CNH	fev/25 - mar/25	8,91	-	70.194
Banco BV Financeira	ago/28	0,1377	13.588.803	15.025.561
Banco Stellantis S.A.	mai/28 - abr/29	15,51 - 19,75	25.548.990	14.674.029
Banco BTG Pactual	mar/30	CDI + 3,85%	28.652.917	-
			<u>269.679.317</u>	<u>208.699.179</u>
			<u>309.249.264</u>	<u>234.445.640</u>
<u>Títulos de dívida</u>				
2ª emissão - Série 1ª e 2ª	set/28	CDI + 5%	76.246.312	103.796.088
(-) Custos com emissão de debêntures			(1.510.771)	(2.736.217)
			<u>74.735.541</u>	<u>101.059.871</u>
Gaplan - Consórcios	mar/28		14.023.382	15.760.190
Santander - Consórcios	mar/29		3.863.236	3.069.874
Portobens - Consórcios	nov/30		5.187.467	3.660.402
			<u>23.074.085</u>	<u>22.490.466</u>
			<u>407.058.890</u>	<u>357.995.977</u>
Circulante			145.111.518	142.091.378
Não circulante			261.947.372	215.904.599

- a) Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a Companhia emitiu em 15 de setembro de 2023, suas 2ª (segunda) Debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos da LOC Frotas Locações S.A, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”), da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

As Debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, sendo o serviço de escrituração prestado, pela Pentágono S.A. -Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. As Debêntures foram depositadas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), sendo a distribuição sem modalidade de liquidação e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. O título de dívida como segue:

Série	Emissão	Data de emissão	Data de vencimento	Taxa de juros (a.a.)	Valor emitido
1ª série	2ª emissão	15/09/2023	15/09/2028	100% da Taxa DI + 5,00% a.a	75.000.000
2ª série	2ª emissão	15/09/2023	15/09/2028	100% da Taxa DI + 5,00% a.a	35.000.000

A Companhia acompanha anualmente e vem atendendo às cláusulas restritivas estabelecidas pelos contratos de Debêntures Emitidas. Com a segunda emissão de Debêntures realizada em 15 de setembro de 2023, a cláusula restritiva covenants financeira que a companhia é requerida a cumprir relacionada ao índice Dívida Líquida/EBITDA, em 31 de dezembro de 2025 é de 2,5X.

Ano	Índice	Limites	Índice apurado na data
31/12/2025	Dívida Bancária Líquida/ EBITDA	Igual ou Inferior que 2,5x	2,06

As movimentações de empréstimos e financiamentos estão assim demonstradas:

	2025	2024
Saldos iniciais	357.995.977	282.555.081
Captações	184.945.250	161.027.967
Juros e encargos	65.947.356	48.774.408
Apropriação de custos com emissão de debêntures	677.206	677.206
Amortização principal	(130.691.809)	(91.902.470)
Amortização juros	(71.815.090)	(43.136.215)
Saldos finais	407.058.890	357.995.977

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

14. Fornecedores

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

13. Fornecedores

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores diversos	6.590.602	3.981.547
RCI	-	1.865.837
FCA Fiat Chrysler Automoveis Brasil Ltda.	178.848	-
Toyota do Brasil Ltda	3.671.866	-
Mercedes-Benz Cars & Vans Brasil	312.940	-
	<u>10.754.256</u>	<u>5.847.384</u>

Refere-se a aquisição de veículos para frota da empresa em 12/2025 sendo registrados as Notas Fiscais "Ativo Imobilizado X Fornecedores". As mesmas são quitadas no início do ano subsequente.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Provisão de férias e encargos	665.610	454.232
Salários a pagar	319.764	224.202
INSS a recolher	140.816	111.624
FGTS a recolher	47.647	35.120
Empréstimo consignado	13.553	-
	<u>1.187.390</u>	<u>825.178</u>

16. Obrigações tributárias

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
COFINS a recolher	42.499	1.659.924
PIS a recolher	64.461	303.152
Imposto de renda retido a recolher	50.445	41.579
ISSQN retido a recolher	25.072	14.398
PIS/ COFINS/ CSLL retido a recolher	7.417	9.429
INSS retido a recolher	1.462	1.884
	<u>191.356</u>	<u>2.030.366</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

17. Instrumentos financeiros

A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, incluindo contratos de swap, com o objetivo de proteger suas posições contra variações adversas de taxas de juros, câmbio e outros indexadores, bem como para fins de negociação. A Companhia não realiza operações com derivativos com finalidade especulativa.

Os contratos de swap são mensurados pelo valor justo, com base em modelos de precificação que consideram taxas de mercado, curvas de juros e volatilidade. Apesar do objetivo econômico de proteção, a Companhia não adota a contabilidade de hedge (hedge accounting) prevista no CPC 48 (IFRS 9).

Dessa forma, todos os derivativos são contabilizados como instrumentos “mantidos para negociação”, sendo mensurados ao valor justo com contrapartida no resultado do período, e estão assim demonstradas a seguir:

PASSIVO	Vencimento	Valor Base	Tipo	2025	2024
Banco Santander S.A.	29/10/2026	5.000.000	Câmbio e Juros	111.578	-
	22/01/2030	35.000.000	Câmbio e Juros	3.325.590	-
Banco ABC Brasil S.A.	02/05/2028		Câmbio e Juros	465.072	-
Banco BV S.A.	15/08/2028	15.200.000	Juros	420.918	-
				<u>4.323.158</u>	<u>-</u>
Passivo circulante				1.276.296	-
Passivo não circulante				3.046.862	-

18. Arrendamentos

A norma do IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. Essa norma padroniza as regras de contabilização e demonstração financeira para os contratos de arrendamento financeiro e operacional.

A Companhia possui contratos de arrendamento de aluguel de imóveis, onde alguns são considerados de baixo valor, para os quais adota as isenções de reconhecimento de acordo com a norma contábil e estabelecido pelo IFRS16/CPC06. O passivo de arrendamento em aberto está mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa de 19,28% a.a.

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2025	2024
Saldo inicial	394.769	156.962
Adições	1.149.676	410.434
Juros provisionados	140.799	10.336
Pagamento principal	(365.495)	(182.963)
Saldo final	<u>1.319.749</u>	<u>394.769</u>
Passivo circulante	370.290	157.821
Passivo não circulante	949.459	236.948

19. Dividendos a pagar

Os dividendos provisionados, no montante de R\$ 1.040.000, referem-se à destinação de parte da reserva de lucros da Companhia. O pagamento está previsto para ocorrer ao longo do exercício de 2026, em parcelas mensais e iguais de R\$ 170.000, sendo os dividendos devidos a sócio pessoa jurídica.

20. Provisão para riscos

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de suas operações, incluindo processos cíveis, os quais apresentam riscos associados. Com base na avaliação dos assessores jurídicos e na melhor estimativa da administração, foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas, totalizando R\$ 86.160, referentes a processos cíveis com prognóstico de perda provável.

Adicionalmente, a Companhia é parte em um processo judicial de natureza cível, cujo valor estimado da causa é de R\$ 55.000. De acordo com a análise dos assessores jurídicos, o prognóstico de perda foi classificado como possível.

21. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões) dividido em 50.000.000 (cinquenta milhões) ações, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim representado:

Acionista	Quant. Ações	% participação	Valor ações
Loc Participações S.A.	50.000.000	100,00%	50.000.000
	<u>50.000.000</u>	<u>100%</u>	<u>50.000.000</u>

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

22. Receita de produtos vendidos e serviços prestados

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita de prestação de serviços		
Receita Locação de veículos	190.910.627	148.709.845
Gestão de frota	23.001.483	15.739.795
Venda do ativo imobilizado - Seminovos	57.002.348	47.878.561
	<u>270.914.458</u>	<u>212.328.201</u>
(-) Deduções da receita		
COFINS sobre locação/terceirização de frota	(16.260.198)	(12.495.087)
PIS sobre locação/terceirização de frota	(3.530.176)	(2.712.751)
ISS sobre locação/terceirização de frota	(15.185)	-
	<u>(19.805.559)</u>	<u>(15.207.838)</u>
Receita líquida total	<u>251.108.899</u>	<u>197.120.363</u>

23. Custo das mercadorias vendidos e serviços prestados

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Custo vendas do ativo imobilizado	(27.289.293)	(29.881.264)
Depreciação	(94.194.965)	(61.183.499)
(-) Crédito PIS/COFINS sobre depreciação	17.370.177	9.432.146
Peças e consumo	(24.527.342)	(15.795.992)
Manutenção de veículos/equipamentos	(18.742.556)	(11.199.895)
IPVA	(5.078.781)	(3.934.083)
Fretes e carretos	(2.328.360)	(2.904.826)
Combustíveis e lubrificantes	(470.998)	(367.754)
Seguros de veículos	(364.002)	(430.826)
Outros custos	(1.091.186)	(1.008.268)
	<u>(156.717.306)</u>	<u>(117.274.261)</u>

LOC FROTAS LOCAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

24. Despesas com pessoal

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Salários e ordenados	(4.235.222)	(2.965.884)
INSS e FGTS sobre folha	(1.862.984)	(1.262.551)
Ticket refeição/alimentação	(1.089.510)	(546.058)
Provisão de férias, 13º salários e encargos	(942.123)	(670.571)
Vale transportes / transporte de empregados	(414.931)	(742.135)
Assistência médica	(321.746)	(179.839)
Aviso prévio	(58.813)	(24.635)
Outros	(105.141)	(117.687)
	<u>(9.030.470)</u>	<u>(6.509.360)</u>

25. Despesas administrativas e gerais

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Honorários advocatícios e contábeis	(2.351.527)	(1.472.188)
Provisão para Perda de Créditos	(2.348.163)	(136.071)
Serviços de terceiros	(1.109.291)	(984.330)
Impostos e taxas diversas	(43.378)	(74.659)
Serviços de informática	(1.324.440)	(477.911)
Cursos e Treinamentos	(9.934)	(27.966)
Aluguel e condomínio	(550.940)	(265.914)
Outras despesas gerais e administrativas	(2.853.897)	(1.411.198)
	<u>(10.591.570)</u>	<u>(4.850.237)</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

26. Receitas/(despesas) financeiras líquidas

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras decorrentes de		
Rendimento aplicações financeiras	3.861.566	2.297.606
Juros ativos	789.716	334.474
Descontos obtidos	112.111	232.444
	<u>4.763.393</u>	<u>2.864.524</u>
Despesas financeiras decorrentes de		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(49.016.694)	(31.715.110)
Juros sobre Debêntures	(16.930.662)	(17.059.298)
Descontos Concedidos	(2.825.129)	(1.937.289)
Tarifas e despesas bancárias	(4.014.704)	(1.804.365)
IOF e IOC	(1.226.108)	(1.379.502)
Outras despesas financeiras	(417.806)	(23.071)
Instrumentos financeiros	(4.323.158)	-
	<u>(78.754.261)</u>	<u>(53.918.635)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(73.990.868)</u>	<u>(51.054.111)</u>

27. Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	<u>2025</u>	<u>2025</u>
	<u>IRPJ</u>	<u>CSSL</u>
Ativo	23.102.670	8.316.961
Passivo	(23.414.919)	(8.429.371)
	<u>(312.249)</u>	<u>(112.410)</u>
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imposto de Renda/IRPJ - Diferido	(312.249)	(4.454.745)
Contribuição Social/CSLL - Diferido	(112.410)	(1.603.708)
	<u>(424.659)</u>	<u>(6.058.453)</u>

A Companhia optou para fins de IRPJ e CSLL, pela tributação com base no lucro real. O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro líquido é reconhecido na demonstração do resultado e são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

28. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2025, e a administração desses instrumentos são efetuadas através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

Gerenciamento de riscos

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos descritos a seguir:

Risco de crédito

A política de vendas de serviços da Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visa minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A provisão para redução ao valor de realização de créditos de clientes (quando aplicável) é realizada por meio da análise individual, considerando como base inicial o critério fiscal. Aplicado o critério fiscal, é extraída uma base de dados com os clientes pendentes de recebimento, sendo esta levada à análise do departamento de cobrança. Somente os clientes com baixa probabilidade de recebimento são provisionados e destes, somente os títulos que atendem aos quesitos fiscais para aproveitamento destas despesas são deduzidos da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Risco de liquidez

A Administração da Companhia gerencia os riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações associadas a passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, sempre que possível, o planejamento para atender a estas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco.

Risco de mercado

Os riscos de mercado estão relacionados, principalmente, aos riscos de mudança nos preços serviços ofertados pela Companhia, assim como em taxas de juros e outras taxas que possam influenciar a sua receita, bem como os valores dos seus ativos e passivos. O objetivo da Administração é gerenciar e controlar a exposição da Companhia aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis, afastando os obstáculos ao crescimento dos negócios.

Riscos operacionais

Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos da Companhia, assim como aos colaboradores, tecnologia e infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios.

O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação da Sociedade, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios da Companhia.

A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da Alta Administração da Companhia, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e funcionamento adequados.

29. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que a Administração considera suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. Eventos subsequentes

Não ocorreram outros eventos subsequentes entre o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e a data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis que pudessem alterar as posições contábeis do balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

FELIPE LUZ DOS SANTOS
PEREIRA:1103960164
2
Assinado de forma digital por FELIPE LUZ DOS SANTOS PEREIRA:1103960164
Dados: 2026.04.01 09:32:16 -03'00'

Felipe Luz dos Santos Pereira
Diretor

LIVIA MARIA FERREIRA RAYMUNDO:0317454765
2
Assinado de forma digital por LIVIA MARIA FERREIRA RAYMUNDO:03174547652
Dados: 2026.04.01 09:35:06 -03'00'

Livia Maria Ferreira Raymundo
Contadora CRC MG-070103/O-4